

The cover features a large, abstract graphic on the right side consisting of overlapping curved shapes in shades of blue, purple, and yellow. A laptop is visible in the lower right, with hands typing on the keyboard. The background is white with faint, light blue geometric patterns of hexagons and lines. The title text is positioned on the left side, enclosed in a thin purple border.

Relatório Anual de
**Monitoramento da Lei
de Acesso à Informação**

2025

**Secretaria de Economia
do Distrito Federal**



SUMÁRIO

- 03** — INTRODUÇÃO
- 04** — TRANSPARÊNCIA ATIVA
- 05** — TRANSPARÊNCIA PASSIVA
- 08** — LEGISLAÇÕES E FERRAMENTAS DE TRANSPARÊNCIA

INTRODUÇÃO

Conforme orienta o Guia de Transparência - Novo ITA 2024, o acesso às informações produzidas e armazenadas pelo Estado é um direito do cidadão garantido pela Constituição Federal. No Distrito Federal, esse direito é regulamentado pela Lei Distrital nº 4.990, de 12 de dezembro de 2012, elaborada nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, a Lei de Acesso à Informação (LAI).

A fim de definir os procedimentos para garantir o acesso à informação, o Decreto Distrital nº 34.276, de 11 de abril de 2013, estipulou obrigações de transparência ativa e passiva para os órgãos e as entidades públicas do Distrito Federal. Entre elas, a exigência de uma autoridade de monitoramento da LAI, com as seguintes atribuições, previstas no art. 54:

- **Art. 54.** O dirigente máximo de cada órgão ou entidade designará autoridade que lhe seja diretamente subordinada para exercer as seguintes atribuições:
- **I** - assegurar o cumprimento das normas relativas ao acesso à informação, de forma eficiente e adequada aos objetivos da Lei nº 4.990, de 2012;
- **II** - avaliar e monitorar a implementação do disposto neste Decreto e apresentar ao dirigente máximo de cada órgão ou entidade relatório anual sobre o seu cumprimento, encaminhando-o à Secretaria de Estado de Transparência e Controle;
- **III** - recomendar medidas para aperfeiçoamento das normas e dos procedimentos necessários à implementação deste Decreto;
- **IV** - orientar as unidades no que se refere ao cumprimento deste Decreto; e
- **V** - manifestar-se sobre reclamação apresentada contra omissão de autoridade competente, observado o disposto no art. 23.

Na Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal a autoridade de monitoramento da LAI foi nomeada por meio da Portaria nº 832, de 14 de outubro de 2025, com as seguintes atribuições:

- **Art. 1º** Designar o Chefe da Unidade de Controle Interno da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, na qualidade de Autoridade de Monitoramento da Lei de Acesso à Informação diretamente subordinado ao Gabinete da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, atendendo ao disposto no artigo nº 45 da Lei nº 4.990, de 12 de dezembro de 2012, para exercer as seguintes atribuições no âmbito desta Secretaria:

- **I** - Assegurar o cumprimento das normas relativas ao acesso à informação, de forma eficiente e adequada aos objetivos da referida Lei;
- **II** - Monitorar a implementação do disposto na Lei e apresentar relatórios periódicos sobre o seu cumprimento;
- **III** - Recomendar as medidas indispensáveis à implementação e ao aperfeiçoamento das normas e procedimentos necessários ao correto cumprimento da Lei;
- **IV** - Orientar as respectivas unidades da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão no que se refere ao cumprimento do disposto na Lei e seus regulamentos; e
- **V** - Manifestar-se sobre reclamação apresentada contra omissão de autoridade competente, observado o disposto no artigo nº 23 do Decreto nº 34.276, de 11 de abril de 2013.

Dessa forma, o objetivo deste relatório é fornecer uma visão ampla das ações desta Pasta no que se refere à transparência e ao acesso à informação, reafirmando o compromisso com a democracia participativa e o controle social.

Cumprido ressaltar que em 12 de maio a Controladoria-Geral do Distrito Federal - CGDF realizou o 4º Encontro de Autoridades de Monitoramento da Lei de Acesso à Informação com o objetivo de capacitar as autoridades de monitoramento do DF para implementar as ações do Plano de Aperfeiçoamento de Competências da Lei de Acesso à Informação. No encontro foram discutidos o programa LAI em Foco e o workshop de planejamento da Semana da Transparência 2025.

Entre os dias 22 e 26 de setembro realizou-se a Semana da LAI CGDF: LAI em Pauta - Diálogos pela Transparência, que ocorreu para fortalecer o protagonismo dos órgãos na promoção da transparência pública e no estímulo à participação cidadã. Na ocasião foi lançado o novo site da LAI, com a apresentação de funcionalidades e benefícios para servidores e cidadãos.

TRANSPARÊNCIA ATIVA

A transparência ativa é um princípio fundamental para a promoção da accountability e da participação cidadã em governos, organizações e instituições. Ela se refere à prática de disponibilizar informações de forma proativa, ou seja, tornar públicos dados e documentos de interesse geral sem que haja uma solicitação prévia por parte dos cidadãos. Essa abordagem é essencial para fortalecer a democracia, garantindo que as pessoas tenham acesso fácil e imediato a informações relevantes sobre as ações e decisões das autoridades.

Acerca da matéria a LAI dispõe:

Art. 8º É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.

Do exposto, ante às informações consignadas, deve-se enfatizar que a busca pelo aperfeiçoamento da transparência ativa é uma constante, e devem ser atualizadas conforme orienta a Instrução Normativa nº 02/2015-CGDF, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal - DODF, em 09 de dezembro de 2015, em seu artigo 6, III:

É de suma importância a atualização constante das informações disponibilizadas sempre que sofrerem alguma modificação, ou ainda, a renovação mensal da data de atualização da página quando não houver modificação nos dados apresentados.

Cumprido salientar o que o Relatório de 2023 - Índice de Transparência do DF colaciona:

A transparência ativa desempenha um papel crucial na prevenção da corrupção, uma vez que a divulgação proativa de informações ajuda a criar um ambiente de prestação de contas. Além disso, ao disponibilizar informações de maneira acessível e compreensível, as organizações promovem a participação cidadã, permitindo que as pessoas tomem decisões informadas e contribuam para a formulação e a modernização das políticas públicas.

Nesse contexto, a Sec no exercício de 2025, cumpriu as exigências de transparência ativa disponibilizando os dados orçamentários, de pessoal, licitações e contratos em seu sítio oficial. Além disso, a Secretaria integra o Portal da Transparência do Distrito Federal.

TRANSPARÊNCIA PASSIVA

A transparência passiva, estabelecida pela LAI, permite que os cidadãos solicitem acesso a qualquer informação pública produzida ou mantida pelo Estado, desde que não seja sigilosa, seguindo os procedimentos e prazos determinados, conforme exposto no art. 10:

Art. 10º Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades referidos no art. 1º desta Lei, por qualquer meio legítimo, devendo o pedido conter a identificação do requerente e a especificação da informação requerida.

É, portanto, ferramenta necessária para garantir o controle social, permitindo ao cidadão obter dados não publicados por meio da transparência ativa.

Ademais, conforme dispõe o art. 10, § 3º, qualquer pessoa pode solicitar a informação sem a necessidade de justificativa ou comprovação de interesse.

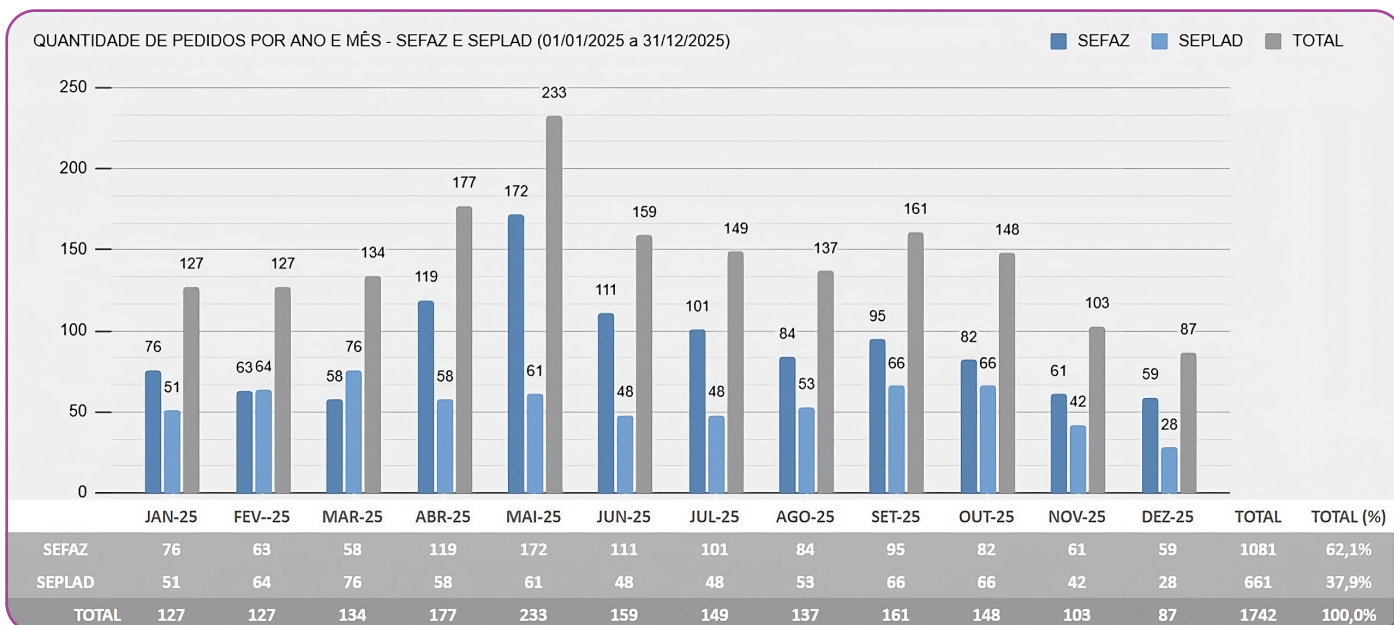
No exercício de 2024, o Decreto nº 45.433, de 19 de janeiro, alterou a nomenclatura da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Administração do Distrito Federal - Seplad para a Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal - Seec. Além disso, extinguiu a Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal - Sefaz, transferindo seus recursos para a Seec.

Contudo, no exercício de 2025 essa alteração ainda não consta nos dados apresentados no Participa DF, devendo, dessa forma, a análise ser realizada mediante o somatório de dados referentes às extintas Pastas da Seplad e Sefaz.

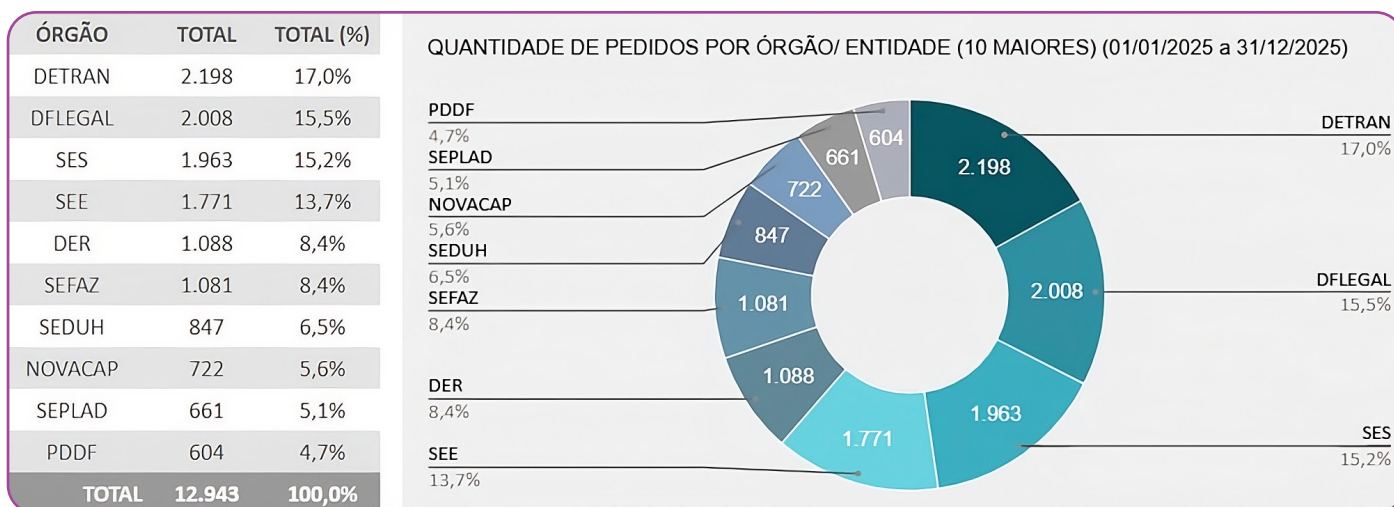
| Pedidos e respostas

Os pedidos de informações públicas para a Seec são recebidos por meio do módulo SIC (Serviço de Informação ao Cidadão) no Participa DF, canal único do DF para o registro de demandas de Ouvidoria e da Lei de Acesso à Informação (LAI).

O total de pedidos para a Seec em 2025 – considerando o período de 01/01/2025 a 31/12/2025 – somou 1.742. Na análise mensal, o mês que registrou o maior número de pedidos foi maio.

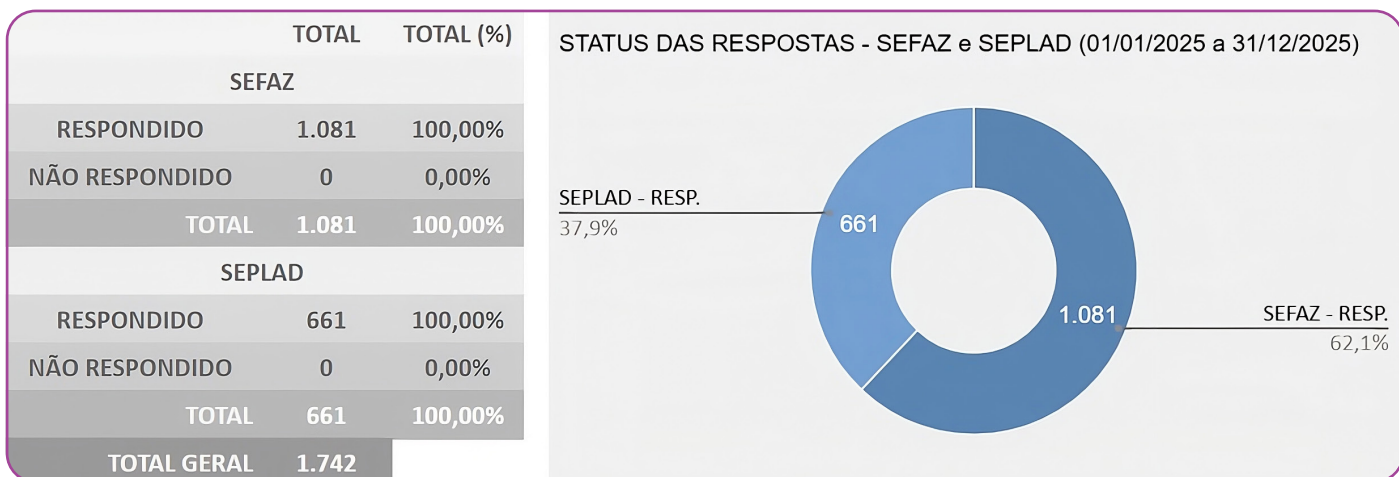
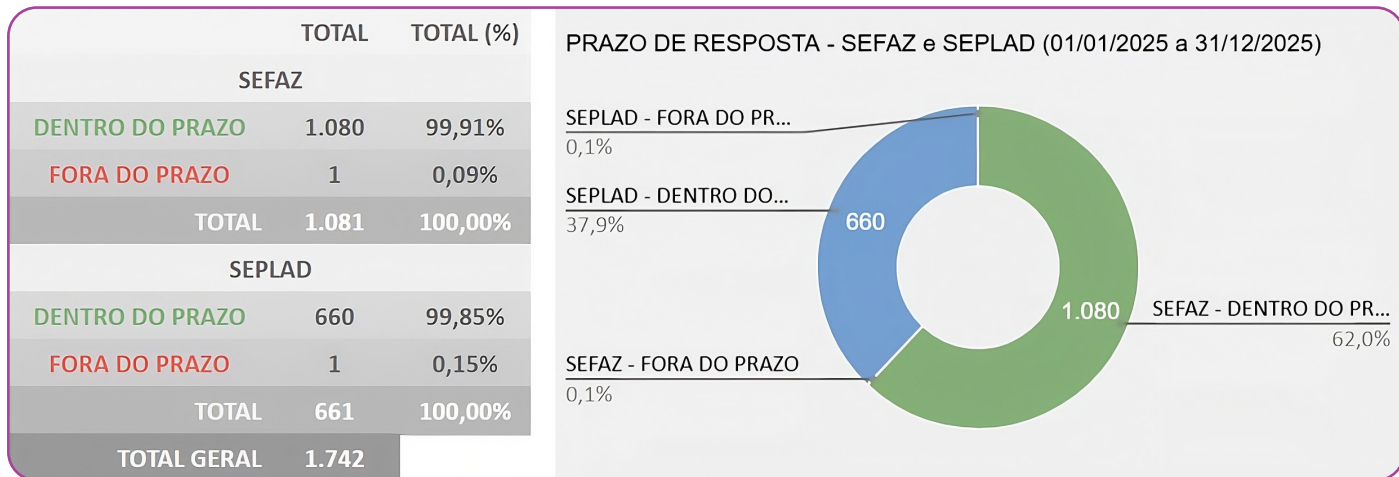


Do total de registros no período, a pasta recebeu 13,5% do total de todo o DF, conforme observa-se no gráfico abaixo:.



Prazos

Em relação ao tempo de resposta, a pasta mantém a média de catorze dias. Prazo considerado adequado diante do prazo inicial regulamentar de 20 dias, no art. 11 § 1º, considerando-se a complexidade de parte dos pedidos e a tramitação interna.



A Pasta, apresentou o resultado de 100% dos pedidos respondidos dentro do prazo, conforme dados extraídos da plataforma Participa DF.

LEGISLAÇÕES E FERRAMENTAS DE TRANSPARÊNCIA

Legislação

- Constituição Federal de 1988
- Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011
- Lei Distrital nº 4.990, de 12 de dezembro de 2012
- Decreto nº 34.276, de 11 de abril de 2013.

Instrumentos de Transparência

- Participa DF - <https://www.participa.df.gov.br/pages/registro-pedido/verifica-autenticidade>
- Painel de Transparência Passiva - <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiZ-Tg3ZGM2NDktNDA3Yy00ZDBiLWE2ZmItNzJmMTRkNjRjZjk0IiwidCI6IjU3NG-NhYTRiLTkxODEtNGI5Yy04ZDhhLTBiMGY3NjkwZDdmNiJ9>
- Portal de Dados Abertos - <https://www.dados.df.gov.br/>
- Portal da Transparência - <https://www.transparencia.df.gov.br/#/>
- Painel de Ouvidoria - <https://www.painel.ouv.df.gov.br/dashboard>